

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO
CURSO EM ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) GESTÃO ESCOLAR**

EVA MARIA PEREIRA DE SOUZA MARTINS

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE

Texto apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialização em Gestão Escolar.
Orientação: Prof. Dra. Savana Diniz Gomes Melo

Belo Horizonte

Julho/ 2009

DEDICATÓRIA

*A Deus por ter abençoado-me...
À minha mãe e a todos aqueles que acreditaram
e ou colaboraram neste degrau,
ao qual estou buscando alcançar.*

*“Quando você quer alguma coisa
todo o universo conspira
para que você realize o seu desejo.”
(Paulo Freire)*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5	5
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: DÚVIDAS E INQUIETAÇÕES	5	5
AVALIAÇÃO: SIGNIFICADO E MODELOS	9	9
A AVALIAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA FERREIRA DE AVELAR	13	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16	14
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	19	16
ANEXO I PPP	20	17

RESUMO

As formas de organização escolar têm trazido dúvidas e inquietações àqueles que participam do processo educativo. A reorganização do ensino pressupõe uma nova cultura escolar, a qual, à semelhança da que aí esta, deve ser construída na prática. Essa construção, que acontece em meio às diversas ações e reações dos sujeitos envolvidos no processo educativo, requer uma reflexão que propicie mais do que a compreensão das formas de organização da escola. Torna-se necessária a apropriação dos pressupostos que as sustentem, possibilitando uma nova prática pedagógica. Dentre as muitas inquietações, destaca-se a que diz respeito à Avaliação de desempenho escolar. Essa, principalmente, tem demandado uma ruptura com o modelo que, durante anos, se não décadas, direcionou o sistema de avaliação em nossas escolas. É necessária uma nova concepção de avaliação, rompendo com o estereótipo daquela que reprova, pune e exclui. Deixar de reprovar não é deixar de avaliar nem aprovar automaticamente. É ver a avaliação com um novo olhar, buscando seu real significado e sua função no bojo do Projeto Político Pedagógico da escola. O que se propõe neste texto é refletir sobre a avaliação.

APRESENTAÇÃO

O tema deste trabalho é avaliação de desempenho. Seu objetivo é realizar uma análise das situações encontradas na relação professor/estudante, considerando a avaliação como um todo. Toma-se como referência a avaliação de desempenho dos estudantes do 6º ao 9º ano na Escola Municipal Francisca Ferreira de Avelar.

Observa-se que os professores encontram dificuldades em mensurar os conhecimentos dos estudantes de forma efetiva na qual que prevaleça a dimensão qualitativa e não apenas a quantitativa.

A grande inquietação que motiva este trabalho é o questionamento sobre como resolver situações nas quais a avaliação se torna apenas um instrumento punitivo.

Espera-se com esse trabalho refletir sobre as modalidades da avaliação, como estas são desenvolvidas e que funções têm exercido e/ou podem exercer no processo ensino-aprendizagem.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: DÚVIDAS E INQUIETAÇÕES

A avaliação de desempenho tem ocupado um espaço significativo nas discussões educacionais, tanto no campo de ação quanto da reflexão. O destaque que lhe é dado, nessas discussões acha-se intimamente relacionado à crise dos sistemas educacionais, cuja manifestação mais evidente parece ser o desempenho do estudante, mesmo que este, no entanto, seja apenas uma face da questão. A sociedade, cada vez mais “avalia” - questiona - a qualidade dos sistemas de ensino e das instituições responsáveis pela sua organização.

Qualidade é hoje uma palavra em moda, não só na área educacional, mas no mundo da produção. Em qualquer instância em que se discuta Educação e Ensino, o termo “qualidade” logo aparece, sendo mesmo usado por todos. Qualidade é sempre desejada, contudo, a palavra “qualidade” é polissêmica. Sendo Polissêmica, esta é utilizada em discursos aparentemente convergentes, mas que não possuem os mesmos pressupostos epistemológicos. Ser usada com sentidos diferentes não significa que possa ser considerada inocente e neutra. Falar em qualidade pressupõe, pois, explicitar seu sentido. A escola, ao definir sua proposta pedagógica, estará

definindo sua concepção de qualidade, de acordo com seus objetivos e com a sua concepção de educação. (MENEZES & Ramos, 2000).

Uma modalidade de avaliação muito em voga a partir de 1990, disseminada na sociedade é a avaliação do desempenho escolar. No entanto, a avaliação de desempenho, por si não leva sozinha a transformações e mudanças qualitativas. A avaliação participa, desde a elaboração até a análise final dos resultados, de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que vise às transformações demandadas. É, pois, no interior de um projeto pedagógico mais amplo que devemos situar a avaliação de desempenho, assim como outras dimensões da avaliação.

A avaliação antecede, acompanha e fecha todo o ciclo de um trabalho pedagógico. Contudo, fechar não significa concluir. Ao contrário, significa o início de um novo processo, redimensionado a partir da avaliação até então realizada. Quando se fala em avaliação, não se pode considerá-la como um fenômeno à parte no processo ensino aprendizagem. Considerar a avaliação como um elemento externo ao processo didático é reafirmar uma concepção restrita de avaliação, em que esta é vista apenas como atividade técnica. Concebida dessa maneira, a avaliação é reduzida a um caráter instrumental. Nega-se sua condição de elemento constitutivo de uma prática pedagógica transformadora, ou seja, nega-se seu caráter político, descaracterizando-a, ao passo que a avaliação é um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais crítico, mais criativo, mais autônomo, mais participativo, o que leva a avaliação a se tornar uma ação transformadora e também com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização. (MENEZES & Ramos, 2000).

Quando a avaliação é posta em destaque, quando é tomada como objeto de estudo, sua abordagem implica, quase sempre, a discussão de seu significado e a crítica à função que tem desempenhado em nosso sistema educacional e de ensino. Se tal função representa a concretização de uma proposta pedagógica essa crítica será o ponto de partida deste estudo. Por que será que a crítica, sendo ela mesma uma avaliação, destaca sempre e somente mazelas na avaliação de desempenho escolar? Não estaria essa crítica necessitando ser avaliada?

A crítica feita à avaliação escolar se dá quando o professor usa da avaliação com caráter punitivo, dando ênfase na atribuição de notas e na classificação de desempenho, em testes e provas com resultados quantitativos e numéricos. Nela, o mais importante é o produto, ou seja, reflete uma educação baseada na memorização de conteúdos.

Já a avaliação qualitativa se baseia num paradigma crítico e visa à melhoria da qualidade da educação. Sua ênfase é no processo. Ela reflete um ensino que busca a construção do conhecimento. A avaliação não deve apenas apontar o que é negativo, mas permitir “distinguir o que é bom, o que é mau; é ela que nos faz ver com clareza, que nos faz avançar”. (RIOS, 1995, p.128).

A crítica tem sido incorporada ao cotidiano dos professores, dos alunos e daqueles que participam direta e indiretamente do processo educativo. Enquanto alguns criticam sua prática - pejorativamente chamada de tradicional, conforme o contexto em que ela acontece, outros a criticam por “não avaliar”.

Os primeiros criticam o autoritarismo da educação, da escola e da relação pedagógica, que se manifesta, principalmente, na avaliação. Nessa posição encontramos os alunos, os professores, os pais e também muitos daqueles que têm uma postura crítica diante da educação. Segundo o sociólogo Philippe Perrenoud: “Mudar a avaliação significa, provavelmente, mudar a escola”.

Entre os que afirmam que a avaliação “não avalia”, encontramos os que negam a avaliação, seja por desconhecem seu significado, seja por não quererem avaliar nem ser avaliados, isto é, por não assumirem seu papel político na sociedade. Há também os que estão insatisfeitos com a prática que encontram nas instituições educacionais. Entre estes, acha-se uma parcela que rejeita as propostas que rompem com os paradigmas que sempre nortearam a prática da avaliação escolar.

A rejeição a novos modelos, na maioria das vezes, tem na sua origem o desconhecimento dos pressupostos epistemológicos das propostas de avaliação e sua necessária vinculação a um projeto pedagógico mais amplo ou, ainda o medo da perda de um “poder” adquirido e legitimado pela “força” da avaliação. O medo, antes privilegiado dos que eram formalmente avaliados, passa a ser também de outros sujeitos envolvidos nessa avaliação, embora sob outra perspectiva. Nessa posição, encontram-se principalmente os professores, que muitas vezes sentem-se constrangidos pelo sistema de avaliação de desempenho, igualmente punitivas, que mensura conhecimento sobre a ótica do sistema educacional, e como amplamente divulgado, mensura a qualidade da escola em questão. Através aos resultados das avaliações do MEC, o professor sente-se pressionado, porém, por outro lado, tais resultados suscitam reflexões e análises criteriosa desses processos bem como induzem a reorganizar, promover discussões entre professores, pais, direção e equipe pedagógica.

Essas críticas, embora incorporadas ao discurso daqueles que participam do processo educacional, não têm, no entanto, por si, proporcionado ou facilitado à transformação qualitativa

do cotidiano escolar, principalmente da dinâmica da sala de aula. Elas são reforçadas, ainda, por outras críticas de maior peso na literatura sobre o assunto. São aquelas que consideram a avaliação um dos fatores responsáveis pelo fracasso escolar (de quem, do estudante, da escola, do sistema?). Afirma-se que ela ora impede o sujeito de entrar para o sistema, ora o exclui. Surgem, então, algumas perguntas: a avaliação “produz” o fracasso escolar ou torna-o evidente? O fracasso escolar é fracasso do aluno ou do sistema educacional? Quando é que a avaliação contribui para o fracasso escolar? De que maneira o faz? Quando é que a avaliação evidencia o fracasso escolar? Em que direção o faz?

O que parece ser necessário ponderar é que o termo avaliação por décadas é uma expressão que subentende como: fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. E partindo dessas atribuições à avaliação podem realmente produzir o fracasso, mas ela é apenas o reflexo de toda uma estrutura que culmina nos ditames das notas.

Como pontuado anteriormente o ultrapassado sistema educacional do planeta está deveras enfermo, fato anunciado por Cury (2003) em seu livro *Pais Brilhantes Professores Fascinantes*, em que o autor apresenta uma estatística dos países de primeiro mundo que vêm enfrentando problemas semelhantes aos experimentados nos demais países, com a única diferença de que, por serem nações menores, parece que apresentam um número menor de problemas. No entanto, a proporção é a mesma, pois a estrutura mundial mudou com a globalização o que não ocorreu com a estrutura do sistema educacional, e isso vem gerando problemas na educação institucionalizada como evasão, indisciplina, violência, *bulling*.

De acordo com Menezes & Ramos (2000), quando a instituição não considera o conhecimento prévio do estudante, como ensinado por Paulo Freire, realmente pode viabilizar o fracasso, pois o estudante fica perdido e desestimulado, uma vez que ele não consegue acompanhar sua turma. Os autores destacam que são muitas as facetas de caráter excludente na escola, mas uma das piores é considerar os educandos como pessoas de capital intelectual baixo, o que atrapalha no ritmo de aprendizagem. Se a avaliação for trabalhada dentro da realidade, ela nunca exclui, pois se o ato de ensinar e aprender consiste na realização de mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa consecução, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Lembrem ainda, que nenhuma crítica, nenhuma avaliação é neutra. A crítica à avaliação, relacionando-a a idéia de

fracasso escolar, também é incorporada ao discurso pedagógico. Contudo, para os autores, ao ser incorporada ao discurso, ela é considerada, muitas vezes, na sua superficialidade, limitando-se a uma visão sincrética da questão, que dificulta a sua problematização e, portanto, uma análise que permita perceber os determinantes da situação, ou seja, do fracasso escolar. Com tais considerações, os autores afirmam não se estar negando a importância e a necessidade da crítica à avaliação. Nesse aspecto ao contrário, a crítica deve ser considerada como uma reflexão em busca de compreender o fenômeno estudado, possibilitando ultrapassar a visão sincrética, a perspectiva limitada e unilateral, o imobilismo pedagógico, buscando a superação do modelo criticado e a consolidação de elementos de legitimação de interesses e valores que corroborem com a democratização do ensino e da educação. Por que não voltar as atenções para a busca do sucesso da e na escola? Por que não mudar as perguntas para (perguntamos): qual é a contribuição da avaliação para o sucesso escolar? Quando e como a avaliação pode contribuir para o sucesso do estudante e da escola? Como desmistificar o “poder” da avaliação que ameaça e pune?

Avaliação: Significado e modelos

Do mesmo modo que a crítica é, muitas vezes, incorporada acriticamente ao discurso daqueles que se acham envolvidos no processo educativo, outros cânones também são incorporados, sem, no entanto, contribuir para a transformação do cotidiano das instituições educacionais, principalmente da prática pedagógica da sala de aula, salientam ainda Menezes & Ramos (2000) Tais cânones referem-se quase sempre aos seguintes aspectos:

- Significado da avaliação – na maioria das vezes como sendo o de verificar se os objetivos foram alcançados;
- Funções que a avaliação deve desempenhar: diagnóstica e classificatória, se a referência for Luckesi (1995) e formativa, se a referência for Perrenoud (1999);
- Necessidade de uma avaliação contínua;
- Importância da avaliação qualitativa – esta muitas vezes apontando como substituta da avaliação quantitativa, como se elas fossem incompatíveis;
- Necessidade de avaliar o aluno como um todo, em todos os seus aspectos – mas que aspectos são esses? Por que e para que devem ser avaliados?

Muitos estendem a avaliação ao currículo escolar, aos métodos de ensino, aos recursos materiais utilizados e ao trabalho do professor. Raramente incluem a própria avaliação como objeto a ser avaliado.

Estarão errados esses cânones? Não, mas é importante que tais idéias sejam consideradas à luz dos pressupostos teóricos que lhes dão sustentação. Sem isso, se continuará a conviver com uma grande diferença que existe entre o discurso e a prática da avaliação nas escolas. (LUDKE & MEDIANO, 1994; PERRENOUD,1999). O discurso pode ser feito sem a apropriação da teoria. A prática, por sua vez, evidencia a concepção teórica daquele que a exercita, bem como sua maior ou menor apropriação. A prática poderá estar mais próxima do pragmatismo ou, então, da práxis, em um dos seus níveis, conforme o grau de compreensão que o sujeito tenha da teoria, da apropriação que faça dela, da aproximação – maior ou menor – que faça da realidade e do seu comprometimento com a transformação da realidade. (VAZQUEZ,1977).

Para que não se atenha apenas à crítica imobilista ou ao pragmatismo, deve-se buscar o real sentido da avaliação, por meio de sua ressignificação. Não se pode avançar teoricamente e na prática senão compreendendo a avaliação na sua inter-relação com o processo educativo de que é parte integrante.

ROMÃO (1998), na apresentação do seu livro *Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas*, fala de reações observadas diante dos resultados positivos de um trabalho desenvolvido com escolas municipais de Juiz de Fora – MG. “Nas ‘escolas do Projeto’, o registro dos resultados das verificações de aprendizagem apresentava médias acima das demais escolas. Travou-se, então, uma polêmica: de um lado, os defensores do Projeto ‘Interação...’ atribuíam o sucesso dos alunos às inovações por ele introduzidas no desenvolvimento das atividades escolares; de outro, os que dele não participavam a ele debitavam uma certa ‘facilitação’, que falsificava os resultados reais”. Esse comentário do autor incita a refletir sobre o significado de avaliação. Uma proposta de intervenção na realidade que visa à sua transformação numa determinada direção contém o seu sistema de avaliação, que é construído juntamente com ela. Esse fato não prejudica a proposta, ao contrário, torna-a mais coerente. O importante é saber o que é pretendido, quais são os objetivos, qual é o caminho escolhido para o alcance desses objetivos.

Uma proposta pedagógica emerge de um diagnóstico – portanto, de uma avaliação -, é acompanhada de avaliação e é avaliada em sua conclusão. O plano de avaliação de uma proposta pedagógica não é um apêndice desta. Uma avaliação que emerge de uma prática e que desempenha

uma função vai além da constatação de resultados; não pode ser uma avaliação facilitadora, no sentido do mascaramento de uma realidade, nem pode ser uma avaliação que classifica e reprova. É uma análise crítica, permanente, da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento. Constitui o ponto de partida para a tomada de decisões de aperfeiçoamento desta prática. (Menezes & Ramos, 2000).

A avaliação de desempenho escolar deve responder as perguntas já bastante conhecidas no meio escolar. Avaliar para quê? O quê? Quando? Como? Essas perguntas feitas no bojo de um projeto maior, devem, necessariamente ser acompanhadas de uma outra, bastante significativa em uma proposta democrática de educação: quem avalia?

As questões acima não podem ser respondidas de uma maneira automática de acordo com os modelos teóricos em evidência no momento. Os modelos são referências que muito ajudam a problematizar questões relevantes, inclusive as subjetivas.

Outras indagações, acrescidas às anteriores, podem ajudar a repensar o significado da avaliação e sua função: qual é a importância dos dados e das informações obtidos durante a avaliação? O que fazer com esses dados e essas informações? O que nos revelam? Que outras questões eles nos colocam?

Refletindo sobre tantas perguntas, pode-se perceber que a avaliação é um processo intencional, que deve ser planejado e conduzido de forma sistemática sem, no entanto, desprezar os aspectos informais que emergem no cotidiano escolar. Estes são fontes de questões ricas e significativas que, se analisadas, contribuem para a (re)construção do projeto pedagógico em desenvolvimento.

A avaliação de desempenho escolar é, pois, para Menezes & Ramos (2000), um processo sistemático de obtenção e análise de informações sobre a realidade a que se refere, buscando na compreensão dessa realidade os elementos que possibilitem uma intervenção consciente, visando aos objetivos de ensino e aos fins da educação. Estes só podem ser alcançados mediante o desenvolvimento de uma proposta pedagógica. O modelo de avaliação adotado é inerente ao Projeto Político Pedagógico da escola. Estabelecer a separação entre a avaliação e esse projeto é caminhar na contramão; é dificultar o trabalho pedagógico pretendido. Os modelos de avaliação escolar são construídos a partir de teorias da educação que traduzem diferentes concepções de homem, de sociedade, de educação, de processo ensino-aprendizagem, de trabalho pedagógico e

de trabalho docente. Um modelo bastante comum nas escolas chamado de Tradicional, apresenta algumas características, como:

- A preocupação com a objetividade dos resultados e dos instrumentos de medida: aspecto quantitativo;
- A ênfase na avaliação de produto, sendo este identificado com o conhecimento;
- Pouca ou nenhuma participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo;
- A preocupação com aprovação ou reprovação;
- A ênfase em avaliar o aluno, com pouca ou nenhuma atenção à avaliação de outros elementos que constituem o processo educativo.

Outro modelo identificado pelos autores e que ainda é pouco presente em nossas escolas, chamado de Democrático e Participativo, caracteriza-se por apresentar maior preocupação com:

- Os aspectos qualitativos da avaliação;
- A avaliação de todo o processo, e não apenas a avaliação do produto;
- A avaliação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo escolar e não apenas a avaliação do aluno;
- A avaliação de todos os elementos e recursos que constituem o trabalho pedagógico da escola;
- Maior desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, focalizando mais sucesso escolar do que a reprovação;
- A mudança na concepção de avaliação, visando à incorporação das características anteriores.

A escolha de um modelo de avaliação não é neutra nem arbitrária, ou seja, ela é uma das expressões do conceito de educação da escola.

O último modelo apresentado vincula-se a uma proposta de gestão democrática da escola, com ênfase no trabalho coletivo, em que todos participam, todos avaliam e são avaliados. Se todos avaliam, todos participam das decisões e, conseqüentemente, tornam-se responsáveis e comprometidos com as proposições que surgem.

A avaliação, como processo sistemático, põe em destaque os fatos, as ações, os resultados parciais (processo) e finais (produto) escolares, mostrando não só o que são, mas também por que são deste ou daquele modo. Essa concepção de avaliação remete a uma retomada das

modalidades, das funções e dos momentos da avaliação. Esses devem ser considerados no contexto de do sistema educacional vigente e de suas proposições.

A avaliação na Escola Municipal Francisca Ferreira de Avelar

A Escola Municipal Francisca Ferreira de Avelar pode ser um bom objeto da análise de práticas de avaliação de desempenho dos estudantes na atualidade. Essa escola atende a quase seiscentos alunos e está inserida em uma comunidade de zona rural, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais, com a maioria de seu público proveniente de camadas sociais de baixa renda.

A escola oferece ensino infantil, ensino fundamental do primeiro ao nono ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Funciona nos três turnos e ainda cede algumas salas para o ensino médio, no turno noturno.

Embora situada em uma localidade não muito violenta, por ser uma escola que atende alunos de vários lugarejos circunvizinhos, possui um público diversificado que apresenta vários problemas, tais como alcoolismo, drogas, prostituição, entre outros.

A Escola Municipal Francisca Ferreira de Avelar é aberta à comunidade que faz uso para realização de palestras, encontro de jovens, atividades esportivas, buscando constante parceria com a comunidade e empresas locais.

Dentro do contexto do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” a avaliação dos alunos é compreendida como parte integrante do processo pedagógico. Seu objetivo é identificar os avanços e necessidades de reorientação das ações educativas professor/estudante. Nessa escola em foco são realizados vários momentos, na prática, para orientar o aluno em sua aprendizagem:

- a. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos dos resultados ao longo do período letivo;
- b. aceleração de avanço no ano, mediante verificação do aprendizado;
- c. aproveitamento de estudos concluídos com êxito.
- d. contínua e processual; dinâmica e participativa; diagnóstica e investigativa.

A avaliação contínua e diagnóstica permitirá aos professores tomar decisões relativas e regulação do processo: avançar em determinados objetivos, entrando na fase seguinte do final do

ano letivo, ou estender ao início do ano seguinte a finalização de determinados objetivos de fase em desenvolvimento.

A partir dos resultados da avaliação contínua, serão organizados grupos, focando as necessidades apresentadas com o objetivo de saná-las sendo estes grupos temporários e rotativos, com garantia de reinserção nas atividades coletivas e cotidianas da escola .

A avaliação destinada aos alunos de necessidades especiais se baseará num diagnóstico multidisciplinar, relatório circunstanciado e plano de desenvolvimento do aluno, com instrumentos indispensáveis para uma análise criteriosa da necessidade especial, com isto, analisar se necessitará de uma intervenção afirmativa na prática pedagógica da escola.

Quando necessário deve-se realizar diagnóstico da necessidade, por equipe multidisciplinar envolvendo Pedagogo, Professores, Saúde e Assistência Social que possam identificar se a necessidade especial se relaciona com causa orgânica, social ou educacional, ou se o atendimento das necessidades requer também procedimentos da Assistência Social da Saúde.

De posse dos resultados da avaliação educacional e do diagnóstico, serão traçados o relatório circunstanciado, destacando as interfaces entre fatores e o plano de desenvolvimento do aluno por um período determinado de num mínimo 06 (seis) meses.

Para atendimento, facilitando a aprendizagem dos alunos, serão organizadas diferentes possibilidades de atendimentos, podendo ser considerados: reagrupamento dos alunos, na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente, pela maioria da turma enquanto o professor trabalha junto a um grupo ,reagrupamento dos alunos em determinados dias/horários, previamente combinados e envolvendo várias turmas para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, cada professor atendendo a uma necessidade; atendimento aos alunos em suas necessidades especificadas por meio de voluntários da comunidade ou de estagiários.

O processo de avaliação dos alunos deve ser sistemático e contínuo.

Os professores deverão refletir com o aluno sobre os resultados das avaliações, levando-o a rever e refazer seu processo ensino – aprendizagem.

Os registros da vida do aluno serão feitos em fichas elaboradas pelo Conselho de Classe.

Os instrumentos e situações de avaliação podem ser os mais variados:

- Valorização de toda produção do aluno;
- Auto- avaliação;

- Observação do desempenho em suas atividades diárias através de trabalhos individuais, em grupo, provas, testes, pesquisas, relatórios, debates, apresentações etc

As atividades realizadas são:

- Recuperação Paralela

A recuperação paralela será realizada imediato, focando s dificuldades com objetivos de sanar as deficiências apresentadas a partir de atividades especificamente programadas para atendimento de alunos ou grupo de alunos que não acompanharam os conteúdos trabalhados ao longo do processo de aprendizagem.

- Estudos orientados presenciais

Para os alunos que não apresentarem domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período, será ministrado estudos orientados imediatamente após o encerramento do ano letivo.

- Estudos independentes

Serão realizados no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente.

- Progressão parcial

Para fins de aprovação do aluno no ensino fundamental do (3º ao 9º ano) exige-se a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária anual e um mínimo de 60% (sessenta) por cento de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontram.

Nos 4 (quatro) anos finais do Ensino Fundamental será exigido o aproveitamento mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada componente curricular.

Nos 5 (cinco) de escolaridade a progressão será continuada de acordo com a Resolução N° 521 de 02/02/2004.

A progressão parcial será adotada nos 4 (quatro) anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º) ano, de acordo com a Resolução Nº 521 de 02/02/2004.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo de 60 (sessenta) pontos em até 2 (duas) componentes curriculares.

Ficará retido na série em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em 3 (três) disciplinas, incluindo-se nesse capítulo as disciplinas, as séries em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial. Entretanto, na vivência diária observa-se que ainda há professores que vêm à avaliação somente como um instrumento disciplinador junto aos estudantes.

Através das reuniões de conselho de classe, ocorrido bimestralmente, juntamente com os professores das turmas, pedagoga, diretora e secretária, pode-se observar pelas discussões, o quanto o professor ainda tem a cultura de avaliar seus alunos de acordo com a indisciplina, aplicando punições como notas baixas, utilizando o “zero” e esquecendo-se que quando se aplicam notas tão baixas é porque ainda não ocorreu aprendizagem e se essa ainda não ocorreu torna-se necessário rever o processo e conseqüentemente, também, é necessário reavaliar a própria ação do professor.

Considerações Finais

Quando e para que avaliar? A lei nº 9.394/96 (Lei de diretrizes e Bases da Educação, 1996), quando trata da avaliação na Educação Básica, no seu artigo 24, inciso V, define: “...a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: i) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; ii) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; iii) Possibilidade de avanço nos cursos e nos anos (séries) mediante verificação de aprendizado; iv) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito; v) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”.

As funções e os momentos da avaliação do desempenho do escolar regulamentadas na referida Lei devem ser analisados no bojo do Projeto Político-Pedagógico da escola. Se a avaliação antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, ela possui funções diferentes, conforme o momento em que é demandada.

A avaliação que antecede a elaboração de um projeto pedagógico, de um plano de curso, de um plano de unidade ou de qualquer outra atividade é a avaliação diagnóstica. Ela tem como função básica informar sobre o contexto em que o trabalho pedagógico irá realizar-se, bem como sobre os sujeitos que participarão desse trabalho. Ela fornece subsídios para uma tomada de decisão mais ampla, isto é, a elaboração do plano ou projeto de trabalho, onde estarão definidos os objetivos e o caminho a ser percorrido para alcançá-los.

A avaliação diagnóstica não acontece apenas na fase inicial de um trabalho. Ela é necessária, também, ao longo de todo o desenvolvimento de um projeto, a fim de explicar os resultados que vão sendo conseguidos, sejam eles negativos ou positivos.

O diagnóstico obtido durante o trabalho em desenvolvimento está intimamente relacionado à avaliação de acompanhamento ou processual, mais conhecida como formativa. É muito utilizado para identificar as causas do fracasso ou dificuldades, principalmente dos alunos.

A avaliação formativa indica os avanços e as dificuldades que se vão manifestando ao longo do processo. Sua função é informar, sempre, o que está acontecendo. Ela ocorre a cada etapa do trabalho em desenvolvimento. Podemos “considerar como formativa toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar as aprendizagens em curso, qualquer que seja o quadro e qualquer que seja a extensão concreta da diferenciação do ensino”. (PERRENOUD, 1999, P.78).

A avaliação contribui, portanto, para ajudar a alcançar os objetivos do trabalho pedagógico, e não apenas para verificar se eles foram ou não alcançados. A avaliação diagnóstica e a avaliação formativa possibilitarão uma avaliação contínua e uma ênfase maior na avaliação processo, conforme recomenda a LDB. A avaliação do processo em que acompanhamento e diagnóstico sejam seguidos de decisões e ações que ajudem os alunos a aprender mais e melhor garantirá bons resultados na avaliação final.

Não se deve ter medo de falar em avaliação final, de falar em produto. Se durante tantos anos criticou-se a fragmentação do ensino, relacionada aos métodos e à forma de organização e apresentação do conteúdo, não se pode agora fragmentar o processo didático em nome da avaliação. O que é preciso é saber com clareza o que seja produto, em decorrência da concepção de educação que norteia o projeto da escola. A aprendizagem é um processo cumulativo, portanto, com produtos parciais e finais.

A avaliação que acontece ao final dá-nos uma dimensão do significado e da relevância do trabalho realizado. Difundida nos meios educacionais com a denominação de somativa, é sempre associada à idéia de classificação, aprovação e reprovação. Tal associação tem sentido e não é errada em uma proposta que tenha esses objetivos. Numa proposta que vise à inclusão do aluno, a avaliação final necessita ser redimensionada, sem perder seu caráter de seriedade e rigor.

A avaliação que se considera como final não é somente a avaliação que é feita após o semestre, o ano letivo ou ciclo de aprendizagem. Ela é final no sentido de que é realizada quando se completa uma tarefa ou desenvolvimento de um projeto ou subprojeto, quando se completa uma unidade de estudo. No processo didático, temos diferentes momentos que são parte e todo ao mesmo tempo. Parte de um projeto mais amplo, e todo, porque constitui uma unidade com objetivos próprios, embora vinculados ao projeto maior. Essa avaliação final ou somativa assume um caráter formativo, diagnóstico ou classificatório, conforme as decisões que tomemos a partir das informações que ela nos proporciona.

Uma instituição escolar que tenha optado pela organização em ciclos, usará, necessariamente, os três tipos de avaliação. Estes são interdependentes, dependem uns dos outros e se completam. A ênfase na avaliação de processo não reduz a importância da avaliação de produto. A ênfase maior ou menor em cada um dos tipos dependerá do modelo de avaliação adotado.

É comum só buscar-se explicações para as causas das dificuldades. No entanto, o sucesso tem muito a dizer. Sua análise cuidadosa pode fornecer subsídios para outras decisões e outros projetos que tenham como objetivo uma escola que atenda às demandas da sociedade.

A avaliação deve ser tão dinâmica quanto um projeto pedagógico ou qualquer outra atividade de que seja parte integrante, pois é ela que fornece as bases para as novas decisões que se vão fazendo necessárias durante todo desenvolvimento do trabalho. Um projeto, mesmo quando bem elaborado inicialmente, está em permanente construção, exigindo de todos os que dele participam sensibilidade e disposição para a mudança. Essa predisposição exige uma nova maneira de conceber a avaliação, o que é condição para o sucesso do projeto em desenvolvimento.

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” tem como missão a formação do cidadão consciente, imbuído de valores, ciente de seus direitos e deveres, capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos e agir de maneira centrada, assumindo seu lugar na sociedade em que vive.

Sabe-se que esse desafio não é fácil, porém, mudar a realidade da educação passa por mudar a cultura o que é um grande desafio que se coloca para a Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar”, como de resto, para a maioria das escolas, na atualidade.

Referenciais Bibliográficos

CURY, A. **Pais brilhantes, Professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995

LÜDKE, M. & MEDIANO, Z. (coord.). **Avaliação na Escola de 1º Grau: uma análise sociológica**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

MENEZES, M.B.; RAMOS, W.M. **Guia de Estudos**. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2000.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

Resolução Nº 521 de 02/02/2004.

RIOS, T.A. **Ética e interdisciplinaridade**. In FAZENDA, I. (org.) A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas: Papirus, 1995.

ROMÃO, J. E. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**ANEXO - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL
“FRANCISCA FERREIRA DE AVELAR”**

Escola Municipal
“Francisca Ferreira de Avelar”
Educação Infantil – Ensino Fundamental – Alfabetização Jovens e Adultos (EJA)
Praça do Milito s/nº - Barreiro de Cima

Projeto Político Pedagógico

Mário Márcio Campolina Paiva
Prefeito Municipal

Maria Lisboa
Secretário Municipal de Educação

Eva Maria Pereira de Souza Martins
Diretora

Sete Lagoas
2009

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
 - 1.1 Ato de criação
 - 1.2 Entidade Mantenedora
 - 1.3 Modalidades de Ensino
2. APRESENTAÇÃO
 - 2.1 Visão da escola
 - 2.2 Missão da escola
 - 2.3 Princípios
3. MARCO SITUACIONAL
 - 3.1 Regime de funcionamento
 - 3.2 Alunos atendidos e comunidade inserida
 - 3.3 Relação com a comunidade
 - 3.4 Profissionais – Habilitação e Nível de escolaridade
 - 3.5 Atuação de Colegiado
 - 3.6 Infra-estrutura
 - 3.7 Equipamentos
 - 3.8 Acervo Bibliográfico
4. PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA
5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
 - 5.1 Tempo escolar
 - 5.2 Matrícula \ Freqüência \ Transferência \ Calendário
 - 5.2.1 Matrícula
 - 5.2.2 Freqüência
 - 5.2.3 Transferência
 - 5.2.4 Calendário
 - 5.3 Plano Curricular
 - 5.4 Planejamento
 - 5.5 Linha metodológica
 - 5.6 Projetos

- 5.7 Competências e habilidades
- 5.8 Sistema de avaliação
 - 5.8.1 Recuperação Paralela
 - 5.8.2 Estudos Orientados presenciais
 - 5.8.3 Estudos Independentes
 - 5.8.4 Progressão Parcial
 - 5.8.5 Registro
 - 5.8.6 Avaliação Externa
 - 5.8.7 Educação de Jovens e Adultos – EJA
- 5.9 Classificação e Reclassificação
- 5.10 Estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem
 - 5.10.1 Ajustamento Pedagógico
 - 5.10.2 Articulação como parceria
 - 5.10.3 Atividades de lazer \ cultura \ social
- 5.11 Atendimento das necessidades educacionais especiais
 - 5.11.1 Adaptações curriculares
 - 5.11.2 PDI – Plano de Desenvolvimento Individual
 - 5.11.3 Terminalidade específica
- 6. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS
 - 6.1 Módulos
 - 6.2 Capacitação
 - 6.3 Conselho de classe
 - 6.3.1 Competências do Conselho de Classe
- 7. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1.1 Ato de criação

Lei Municipal nº 1.708/73 – Escola Combinada

Portaria nº 039/64 de 29/06/74 – registro 266/77 da Secretaria de Estado da Educação.

Portaria nº 031/80 de 18/01/80 da Secretaria de Estado da Educação – Extensão de 5ª a 8ª série.

1.2 Entidade Mantenedora:

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas / Secretaria Municipal de Educação

1.3 Modalidades de Ensino

- Educação Infantil- Pré –escolar atende alunos de 4 e 5 anos
- Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano
- Ensino Fundamental - Séries iniciais e finais : EJA – Educação de Jovens e Adultos.

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A necessidade de retratar a realidade educacional da Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” junto a sua comunidade, fez com que o corpo docente em conjunto com a direção e equipe pedagógica desenvolvesse uma proposta pedagógica que atenda às necessidades dos alunos.

O comprometimento com a formação do cidadão consciente, participante da sociedade que está inserido é uma das práticas educativas desenvolvidas diariamente pela escola. A responsabilidade de bem realizar esta tarefa norteia os trabalhos dos profissionais, uma vez que todos têm a convicção de que a educação não é uma ação neutra, é preciso a integração de todos para a execução de um bom trabalho e, conseqüentemente de resultados satisfatórios.

Esse documento enfatiza a autonomia, flexibilidade e liberdade necessárias ao resgate dos compromissos da escola e dos educadores com uma aprendizagem de qualidade.

2.1 Visão da escola

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar”, à luz dos princípios éticos, busca desenvolver um processo educacional que leve a formação do ser humano, a partir da construção do seu conhecimento.

2.2 Missão da escola

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” tem como missão a formação do cidadão consciente, imbuído de valores, ciente de seus direitos e deveres, capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos e agir de maneira centrada, assumindo seu lugar na sociedade em que vive.

2.3 Princípios

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” parte do princípio ético da responsabilidade, do diálogo, da interação professor/aluno, para que a autonomia seja condição imprescindível no processo educacional dessa comunidade escolar.

3. MARCO SITUACIONAL

3.1 Regime de funcionamento

A escola funciona em 03 (três) turnos:

Matutino – 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Educação Infantil;

Vespertino – Educação Infantil e Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano;

Noturno – Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental : anos iniciais e finais.

3.2 Alunos atendidos e comunidade inserida

Atualmente a E.M. “Francisca Ferreira de Avelar” atende 581 alunos regularmente matriculados , que são moradores dos bairros: Barreiro de Cima, Barreiro de Baixo, Lapinha, Lontrinha, Riacho do Campo, comunidade rural (fazendas) e Pousada do Sol.

Em sua maioria são filhos de operários, trabalhadores da zona rural e possuem acesso a informações e tecnologias mas, se limitam a permanecer numa cultura regionalista própria dos bairros que estão inseridos.

A comunidade é constituída por famílias com baixo poder aquisitivo. Em geral, as famílias não fixam residência por um longo período, devido ao grande índice de rotatividade, dos empregos oferecidos na região, por se tratar de área de grande concentração de siderúrgicas.

As famílias em 80% são numerosas, e os alunos atendidos acabam não dispondo de assistência familiar adequada (60% dos responsáveis não concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental e aproximadamente 20% são analfabetos).

3.3 Relação com a comunidade

A escola busca manter com a comunidade uma relação de parceria, estando essa sempre engajada em projetos educacionais. A escola abre espaço para: Comemorações (datas cívicas, Dia da Consciência Negra, Recitais,), reuniões, atendimentos individuais e coletivos (associações), palestras e outros.

3.4 Profissionais – Habilitação e Nível de Escolaridade

Dos profissionais que atualmente compõem o Quadro Funcional da escola 69% são efetivos.

Todo o corpo docente possui graduação com licenciatura curta ou plena, outros com pós-graduação.

A equipe pedagógica é composta por 3 (Três) pedagogas, divididas por turmas e turnos. E os demais funcionários são também, devidamente capacitados para as funções que exercem.

3.5 Atuação do Colegiado

O Colegiado Escolar é o órgão representativo da comunidade escolar, com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais pertinentes.

3.6 Infra-estrutura

A escola funciona em prédio próprio, com ótima aparência, onde o espaço é bem distribuído, pois possui 11 (onze) salas de aula, 01 (uma) diretoria, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de informática, 01 (uma) sala de professores com banheiro, 01 (uma) secretaria, 02 (dois) banheiros (01 feminino e 01 masculino) para os alunos, 01 (um) banheiro, 01 (um) banheiro, 01 (uma) cantina, 02 (dois) almoxarifados, 01 (uma) sala para pedagogas, 01 (uma) quadra de esportes coberta e 01 (um) refeitório.

3.7 Equipamentos

A escola dispõe de 01 (um) equipamento de som, 02 (dois) DVDs, 02 (duas) TV de 20”, 01 (uma) TV 29”, 01 (um) vídeo cassete, computadores para a área administrativa, computadores destinados às aulas de informática, 01 (um) retroprojetor, impressoras e 01 (um) laboratório móvel de Ciências. O laboratório de informática e Ciências tem por finalidade fornecer um conhecimento específico. Apropriando os diversos saberes, utilizando novas metodologias.

3.8 Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico é composto por livros didáticos e paradidáticos, livros literários e 5% de revistas para pesquisas.

Tais materiais ainda são insuficientes, devido a grande demanda dos alunos. Há ausência de dicionários na língua estrangeira, assinaturas de jornais e diversificação atualizada de acervo.

4. PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

Tabela em anexo

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

5.1 Tempo escolar

- Educação Infantil: a organização será em períodos, grupos não seriados com base na idade.
- O Ensino Fundamental compreendido do 1º ao 9º ano, será organizado em seriação de acordo com a legislação vigente.
- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está compreendida entre 1ª ao 3º períodos dos anos iniciais e 1º ao 3º períodos anos finais, terá a duração de seis anos letivos organizados em períodos. Os períodos serão desenvolvidos em regime anual, tendo a duração de 200 dias letivos, correspondentes a 1.800 módulos perfazendo o total 1.500 horas. O Ensino Fundamental será em três módulos de 50 minutos por dia letivo, e terá atividades de estudos complementares de 100 horas (extra-classe) no processo de aprendizagem.

5.2 Matrícula \ Frequência \ Transferência \ Calendário

5.2.1 Matrícula

De acordo com o Regimento Escolar no capítulo III a matrícula será efetuada nos períodos previstos no Calendário Escolar, observadas as exigências legais.

A direção do estabelecimento divulgará, por todos os meios possíveis o Edital de Matrícula.

No Edital de matrícula deverão constar as seguintes informações:

- a) Critério de atendimento da demanda
- b) Número de vagas por série e turma
- c) Documentação necessária;
- d) Período e horário por turno de matrícula.

No ato da matrícula, serão exigidos:

- a) Certidão de Nascimento.
- b) Comprovante de residência.
- c) Histórico escolar ou Ficha de desempenho.
- d) Para fins de matrícula será permitido pelo prazo máximo de 30 dias receber a declaração provisória de transferência

A matrícula na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, atenderá os alunos que tiverem idade mínima de 15 anos.

O ensino fundamental será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para acesso, frequência e permanência na escola.

A direção promoverá medidas para incentivar a matrícula e frequência dos educandos.

Em nenhuma hipótese será negada matrícula de aluno por motivo de etnia, sexo, condição social, convicção política, crença religiosa ou necessidade educacionais especiais.

A matrícula do aluno é efetivada a cada ano. A aceitação da matrícula de aluno transferido de outra unidade de ensino será permitida desde que haja vaga. A matrícula de aluno transferido deverá ser efetivada observando-se as normas estabelecidas por esta escola.

Não haverá matrícula de aluno ouvinte. (Artigo90/§2º)

5.2.2 Frequência

Para fins de aprovação do aluno exigir-se-á frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontra.

Para os alunos da EJA não será permitido usar o recurso da reclassificação por frequência.

Será de responsabilidade do Professor o registro e controle da frequência diariamente.

Será considerado evadido o aluno que, sem justificativa, permanecer faltoso por período igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos dias letivos anuais computados, consecutivos ou não, e aquele que sem justificativa permanecer faltoso por período igual ou superior a 20 dias consecutivos a contar do dia da matrícula. Ao aluno evadido ser garantida a vaga, desde que haja esta vaga.

O não comparecimento, a infreqüência e os atrasos constantes do aluno devem ser objetivo de ação da escola junto às famílias e autoridades competentes.

A escola se encarregará de comunicar periodicamente a freqüência do aluno à família ou responsável e não havendo retorno, fará o encaminhamento ao Conselho Tutelar, caso o aluno seja menor, para que seja tomada as medidas cabíveis.

As faltas justificadas atenderão os casos específicos contidos no decreto lei 1.044 de 21/10/69 e da lei 6.202 de 17/04/75.

Terá a sua matrícula cancelada o aluno que sem justificativa, não comparecer à escola, até o 20º (vigésimo) dia letivo consecutivo após o início das aulas, ou, a contar da data de efetivação da matrícula, se esta ocorrer durante o letivo.

Antes de efetivar o cancelamento da matrícula, a direção da escola deverá contactar o aluno e seus responsáveis, alertando-os sobre a importância do cumprimento da obrigatoriedade da freqüência escolar.

5.2.3 Transferência

A transferência de um estabelecimento para outro será obtida pelo interessado, em qualquer época, mediante requerimento à secretaria, devendo o mesmo ser subscrito pelo aluno, quando maior, ou por seu responsável, quando menor.

A transferência será aceita pelo estabelecimento, desde que haja vaga, salvo os casos previstos por lei.

Ao aluno transferido será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para que satisfaça as exigências legais relativas à documentação.

Para concessão de transferência, não se exigirá declaração da existência de vagas da escola de destino.

A documentação necessária para a transferência será a seguinte:

- a) Histórico Escolar;
- b) Ficha individual do aluno;
- c) Ficha descritiva de Acompanhamento;
- d) Certidão de registro Civil (xerox em perfeito estado de conservação)

A transferência do aluno de um para o outro estabelecimento de ensino far-se-á pela Base Nacional Comum e com observância das normas legais vigentes.

Ao aluno egresso de escola onde a avaliação é trimestral, serão aplicadas provas da Base Nacional Comum, observando-se o tempo do ingresso do mesmo na escola.

Para o aluno egresso de escola onde a avaliação é feita através de conceito, far-se-á a conversão em notas.

O aluno transferido para a escola que não tiver estudado conteúdo ou disciplina da Base Nacional Comum, será submetido à adaptação do currículo, com acompanhamento e orientação do corpo Técnico-Administrativo da Escola.

5.2.4 Calendário

O Calendário Escolar, respeitadas as normas legais, será elaborado no final de cada ano letivo, pela direção, equipe técnica-administrativa e equipe pedagógica, devendo ser aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Inspeção Escolar e Colegiado.

O Calendário prevê Carga Horária mínima de 833 horas e 20' para o Ensino Fundamental e 800 horas para Educação Infantil, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Para EJA a carga horária mínima é de 500 horas e será completada com atividades de estudos complementares (extra-classe) num total de 100 horas.

Considera-se dia escolar, atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo, com a presença obrigatória apenas do corpo docente, técnico e administrativo.

Na composição do calendário serão incluídos, no máximo 04(quatro) sábados letivos, contando com a frequência mínima de 50(cinqüenta) por cento dos alunos.

Considera-se dia letivo, aquele em que comparecem mais da metade dos professores e alunos, em situação de atividades escolares.

Na elaboração do calendário serão especificados:

- a) O início e o término do ano escolar
- b) Número de dias letivos
- c) Os dias destinados à realização das assembléias da comunidade escolar
- d) Os períodos destinados à chamada escolar e à matrícula
- e) Os períodos de planejamento e capacitações dos professores
- f) Os recessos, os feriados e as férias
- g) As programações culturais, cívicas, pedagógicas da Unidade de ensino

h) Os períodos para a realização dos estudos orientados

A Carga horária mínima de dias e horas letivos serão determinados pela legislação.

5.3 Plano Curricular

Os planos curriculares da Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais e E.J.A serão baseados nos Referenciais Curriculares Nacionais e Municipais, elaborados em conformidade com a legislação vigente, fundamentados nos artigos 26 e 28, seção II e III da lei 9394/96, tendo como Base Nacional Comum e a parte complementar diversificada. Além de desenvolver aspectos que contribuirão para a formação da vida cidadã, dentre eles os Temas Transversais.

5.4 Planejamento

No início e ao longo do ano escolar serão criados momentos para direcionar as ações pedagógicas na escola. Serão oportunidades de reflexão e ação com o intuito de crescimento e aproveitamento para uma melhor aprendizagem dos alunos.

5.5 Linha metodológica

A Escola Municipal Francisca Ferreira de Avelar tem como objetivo garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, optando por uma linha construtivista sociointeracionista, focalizando em especial:

- O domínio de instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida – leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;
- O domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem – conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social;
- O conhecimento da pluralidade cultural Étnico-Raciais/ cultura áfrico brasileira e africana;
- Promoção da integração dos alunos, preparando-os para inserção na sociedade.

A globalização do ensino não prescreve a utilização de um determinado método, mas constitui numa proposta global de intervenção, com atividades inter-relacionadas e

contextualizadas, em que os termos de ensino são tratados interdisciplinamente através de propostas de ensino dentre outros.

Esse enfoque globalizador apresenta-se na escola como um espaço de interação, trocas entre contexto/ conteúdo, visando o desenvolvimento integral do aluno nos aspectos emocionais, cognitivos e sociais, estabelecendo relações entre os saberes já conhecidos e os novos, num processo de construção significativa do conhecimento.

A formação global pressupõe o aprender a aprender, a viver, a sentir, a participar e a optar.
(Prática Pedagógica - A dimensão do ensino e os termos transversais – pág. 43)

5.6 Projetos

A escola tem como objetivo promover projetos que visem:

- Cultivar valores éticos, morais, sociais para vivenciar a cultura da paz
- Construir e respeitar normas, condutas éticas e morais de convivência
- Vivenciar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade no convívio escolar.
- Envolver escola, família e comunidade, numa parceria em prol do crescimento pessoal e social
- Ampliar hábitos de saúde e bem-estar
- Adotar medidas de apreciação, valorização, conservação e preservação da natureza.
- Fortalecer a afetividade, a sexualidade de forma consciente e responsável.
- Conhecer e respeitar a pluralidade cultural, Afro-Brasileira e Africana

Projetos desenvolvidos na escola:

- Meio ambiente
- Esporte e Cidadania
- Programa 2º tempo
- BPE Anti-Drogas e violência
- Afetividade e Sexualidade

5.7 Competências e habilidades

Embasado nas diretrizes curriculares municipais, de acordo com a faixa etária do aluno e tempo escolar, deverão ser desenvolvidas as seguintes competências:

1. Dominar a leitura, escrita e diversas linguagens utilizadas pelo ser humano
2. Fazer cálculos e resolver problemas
3. Analisar, sintetizar, interpretar dados, fatos e situações
4. Localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada

5. Planejar, trabalhar e decidir em grupo

5.8 Sistema de avaliação

Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso para Ensino Fundamental.

A avaliação dos alunos deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico. Tem como objetivo identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas professor / aluno. A avaliação no 1º ano do Ensino Fundamental será feita mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, através de conceito, sem objetivo de retenção.

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- * Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos dos resultados ao longo do período letivo;

- * Aceleração de avanço no ano, mediante verificação do aprendizado;

- * Aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

A avaliação deve ser:

- * contínua e processual;

- * dinâmica e participativa;

- * diagnóstica e investigativa.

A avaliação contínua e diagnóstica permitirá aos professores tomar decisões relativas e regulação do processo: avançar em determinados objetivos, entrando na fase seguinte do final do ano letivo, ou estender ao início do ano seguinte a finalização de determinados objetivos de fase em desenvolvimento.

A partir dos resultados da avaliação contínua, serão organizados grupos, focando as necessidades apresentadas com o objetivo de saná-las sendo estes grupos temporários e rotativos, com garantia de reinserção nas atividades coletivas e cotidianas da escola .

A avaliação destinada aos alunos de necessidades especiais se baseará num diagnóstico multidisciplinar, relatório circunstanciado e plano de desenvolvimento do aluno, com instrumentos indispensáveis para uma análise criteriosa da necessidade especial, com isto, analisar se necessitará de uma intervenção afirmativa na prática pedagógica da escola.

Quando necessário deve-se realizar diagnóstico da necessidade, por equipe multidisciplinar envolvendo Pedagogo, Professores, Saúde e Assistência Social que possam identificar se a necessidade especial se relaciona com causa orgânica, social ou educacional, ou se o atendimento das necessidades requer também procedimentos da Assistência Social da Saúde.

De posse dos resultados da avaliação educacional e do diagnóstico, serão traçados o relatório circunstanciado, destacando as interfaces entre fatores e o plano de desenvolvimento do aluno por um período determinado de num mínimo 06 (seis) meses.

Para atendimento, facilitando a aprendizagem dos alunos, serão organizadas diferentes possibilidades de atendimentos, podendo ser considerados:

- Reagrupamento dos alunos, na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente, pela maioria da turma enquanto o professor trabalha junto a um grupo;
- Reagrupamento dos alunos em determinados dias / horários, previamente combinados e envolvendo várias turmas para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, cada professor atendendo a uma necessidade;
- Atendimento aos alunos em suas necessidades especificadas por meio de voluntários da comunidade ou de estagiários.

O processo de avaliação dos alunos deve ser sistemático e contínuo.

Os professores deverão refletir com o aluno sobre os resultados das avaliações, levando-o a rever e refazer seu processo ensino – aprendizagem.

Os registros da vida do aluno serão feitos em fichas elaboradas pelo Conselho de Classe.

Os instrumentos e situações de avaliação podem ser os mais variados:

- Valorização de toda produção do aluno;
- Auto- avaliação;
- Observação do desempenho em suas atividades diárias através de trabalhos individuais, em grupo, provas, testes, pesquisas, relatórios, debates, apresentações etc

TODAS AS ATIVIDADES

5.8.1 . Recuperação Paralela

A recuperação paralela será realizada imediato focando s dificuldades com objetivos de sanar as deficiências apresentadas a partir de atividades especificamente programadas para atendimento de alunos ou grupo de alunos que não acompanharam os conteúdos trabalhados ao longo do processo de aprendizagem.

5.8.2 Estudos orientados presenciais

Para os alunos que não apresentarem domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período, será ministrado estudos orientados imediatamente após o encerramento do ano letivo.

5.8.3 Estudos independentes

Serão realizados no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente.

5.8.4 Progressão parcial

Para fins de aprovação do aluno no ensino fundamental do (2º ao 9º ano) exige-se a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária anual e um mínimo de 60% (sessenta) por cento de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontram.

Nos 4 (quatro) anos finais do Ensino Fundamental será exigido o aproveitamento mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada componente curricular.

Nos 5 (cinco) de escolaridade a progressão será continuada de acordo com a Resolução N° 521 de 02/02/2004.

A progressão parcial será adotada nos 4 (quatro) anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º) ano, de acordo com a resolução N° 521 de 02/02/2004.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo de 60 (sessenta) pontos em até 2 (duas) componentes curriculares.

Ficará retido na série em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em 3 (três) disciplinas, incluindo-se nesse capítulo as disciplinas, as séries em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

A Progressão parcial será composta por :

- a) Estudos Orientados ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente, sendo orientado pelo professor do conteúdo, podendo os mesmos serem liberados do processo tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas.
- b) Estudos Independentes, no segundo semestre do ano em curso, para os alunos que em regime de progressão parcial que não obtiveram resultados nos estudos orientados, devendo os mesmos ser avaliados no final do ano letivo , em data previamente definida pela escola.

5.8.5 Registro

Os registros da Progressão Parcial são registrados no diário e livro de ata.

No 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação será registrada em uma ficha individual de desenvolvimento do aluno.

Os registros dos resultados bimestrais dos alunos do Ensino Fundamental do 2º ao 9º ano e EJA serão lançados no diário do professor e fichas individuais.

5.8.6 Avaliação Externa

Avaliação externa visa a intervenção pedagógica para o aumento da produtividade na escola

A avaliação do profissional da escola tem como objetivo reconhecer o desempenho eficiente do trabalho realizado na escola durante o ano.

O profissional é avaliado de acordo com os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, sendo considerado os aspectos de idoneidade moral, assiduidade, disciplina e eficiência no desempenho de suas funções . A escola utiliza o impresso apropriado para o preenchimento da avaliação do desempenho que é realizado semestral.

5.8.7 Educação de Jovens e Adultos EJA

A avaliação será diagnóstica e contínua de forma a orientar a organização da prática educativa, em função das necessidades dos alunos.

Os pontos cumulativos serão 100 (cem) pontos distribuídos pelo professor em trabalhos práticos individuais ou em grupos, em pesquisa em sala de aula ou em casa, em provas ou em outros meios usados na avaliação contínua, em cada disciplina.

Os 100 (cem) pontos serão distribuídos em 25 (vinte e cinco) pontos em cada bimestre, sendo um total de 04 (quatro) bimestres.

Os aspectos qualitativos permearão todo processo ensino-aprendizagem: a participação, frequência, auto-avaliação, e evolução para um pensamento científico.

APROVAÇÃO :

Será considerado aprovado o aluno que alcançar:

- Aproveitamento igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos em cada disciplina.
- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de hora letivas anuais.
- O aluno que não alcançar o mínimo do aproveitamento exigido será submetido ao estudo de recuperação.

Não é permitido usar recurso da reclassificação por frequência na Educação de Jovens e Adultos; mesmo que tenha aproveitamento, será reprovado.

RECUPERAÇÃO

A recuperação será uma estratégia que a escola irá adotar como uma nova oportunidade para o aluno alcançar o desempenho satisfatório.

Os estudos de recuperação serão realizados mediante estudos e atividades planejadas pelo professor da turma e/ou disciplina.

Para o aluno que após a recuperação paralela ainda apresentada dificuldade, a escola deverá oferecer ao final de cada período, 3 (três) dias de estudos orientados presenciais.

Será considerado para a avaliação de estudos orientados presenciais o valor de 100 (cem) distribuídos em avaliações e trabalhos, anulando os pontos alcançados ao longo do ano.

5.9 Classificação e Reclassificação

De acordo com o Regimento Escolar, capítulo VI, a escola poderá classificar e reclassificar os alunos, tendo como base às normas curriculares gerais. Classificar significa posicionar os alunos em anos, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo o processo de avaliação.

A Classificação poderá ser feita, exceto no 1º ano de escolaridade do Ensino Fundamental:

- Por promoção – para alunos que cursaram com nível necessário , a série na própria escola;
- Por transferência – para candidatos procedentes de outras escolas situadas no País e no exterior, considerando os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum;
- Por avaliação – independentemente da escolarização anterior, mediante classificação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série adequada.

Reclassificar significa reposicionar o aluno em ano, constituindo um recurso de adaptação do aluno de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, sempre no sentido de reforçar a auto estima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola.

A escola poderá reclassificar o aluno:

- Por frequência – inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, desde que apresente um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível a que se encontram;
- Por transferência – indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino.

O aluno submetido ao processo de reclassificação será avaliado em todos os Componentes Curriculares, exceto para a Conclusão do Ensino Fundamental. A decisão da reclassificação, será decorrente de manifestação de uma comissão, formada pelos docentes e equipe pedagógica, presidida pela direção.

Os documentos que fundamentam a classificação e reclassificação devem ser arquivados na pasta individual do aluno e os atos praticados serão lavrados em ata. Deverá constar no Histórico Escolar informações sobre o processo de classificação e/ou reclassificação, a que o aluno tenha se submetido.

5.10 Estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem

5.10.1 Ajustamento pedagógico

Estão sujeitos ao ajustamento pedagógico, todos os alunos transferidos e aqueles que revelem deficiência de aprendizagem, respeitando a idade cronológica, a individualidade o ritmo de desenvolvimento de cada aluno.

O ajustamento pedagógico do aluno far-se-á com o objetivo de:

- a) Colocá-lo ao nível da turma que possa integrar no conhecimento do conteúdo dos programas;

b) Dar-lhe base de conhecimento necessário aos procedimentos dos estudos;

O professor deverá elaborar uma avaliação com o objetivo de analisar os avanços, as dificuldades apresentadas pelo aluno nos estudos anteriores.

Comprovada a dificuldade ou inexistência de estudos, já executados pela escola de destino, este deverá planejar atividades com o acompanhamento do Pedagogo objetivando o ajustamento do aluno no ano em que e matricular.

O aluno que apresentar documentação escolar da escola de origem, com a ausência dos componentes Curriculares da Base Nacional Comum, estará sujeito às adaptações que se fizerem necessárias. Serão organizadas atividades extra classe mediante pesquisas, trabalhos e avaliações.

5.10.2 Articulação como parceria

A direção da escola deve ter a iniciativa de buscar parcerias para o desenvolvimento de projetos educativos junto a associações diversas, instituições filantrópicas, iniciativa privada, instituições públicas e comunidade em geral, com o objetivo de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A escola deve propor a Secretaria, quando for o caso, a assinatura de convênios para viabilizar as parcerias referidas no artigo.

Parcerias firmadas:

- a) Plantar Siderurgia;
- b) Segundo tempo;
- c) Pais/ reuniões/ apoio para realização;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Projeto Anti-Drogas/ BPE de Belo Horizonte;
- f) ADESA;
- g) Via Solo;
- h) EMATER;
- i) Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

5.10.3 Atividades de lazer / cultura / social

A comunidade escolar desenvolve atividades extra-classe, feira de ciências, jogos recreativos, serões poéticos dentre outros eventos que oportunizam a troca de experiências e vivências práticas dos conteúdos abordados, objetivando a aprendizagem diferenciada.

5.11 Atendimento das necessidades educacionais especiais

A escola proporciona várias atividades que favorecem a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, tais como:

5.11.1 Adaptações curriculares

Cabe a escola, SME e ao professor realizar ajustes para garantir o acesso do aluno com necessidades especiais, criando:

- a) Condições físicas, sociais e materiais para a participação desse no ambiente escolar;
- b) Favorecer a comunicação e interação do aluno com pessoas com as quais convive;
- c) Aquisição de equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- d) Viabilizar junto aos órgãos competentes e parceiros, recursos necessários para suprir as necessidades específicas.

Portanto a escola :

- adota sistemas alternativos de comunicação oral, tanto no processo de ensino aprendizagem como no processo de avaliação a fim de, favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso, diante das dificuldades desses alunos e dos demais, quando necessário .Trabalhar a auto-estima dos alunos,desenvolvendo projetos específicos como oficinas , que atendam aos alunos com necessidades especiais.

É essencial que o professor esteja constantemente atento a seu aluno, para identificar quais conhecimentos ele possui e que necessidades educacionais apresenta. Além de utilizar de sua criatividade para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas. E por fim, use continuamente da avaliação para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar.

5.11.2 PDI- Plano de Desenvolvimento Individual

Aos alunos com necessidades educacionais especiais sejam elas deficiência física ou condutos típicos, serão oferecidos recursos educacionais e atenção específica dos que habitualmente são oferecidos aos alunos da mesma idade.

Com o objetivo de atender as diversidades dos alunos, as oportunidades e as prioridades deverão ser discutidas pela comunidade escolar e inscritas no projeto. (PDI).

A organização do PDI , será norteada de acordo com a orientação vigente (orientação SD nº 2005 resolução SEE nº 521´04 de 02/02/2004 art. 30 , resolução 451 de 27/05/2003).

Assegurando a inclusão do aluno, favorecendo no desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias pleno exercício da cidadania.

Esse plano é o norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno e oferece a base para planejar o ensino.

O processo do planejamento do PDI requer que as pessoas responsáveis pela educação do aluno se envolvam em duas atividades:

- 1- reunião com os pais e profissionais para elaboração do programa educacional do aluno;
- 2- preenchimento da ficha do PDI e registro escrito da reunião.

Preparação do PDI

- Coleta e informações existentes sobre o aluno;
- Revisão das informações;
- Explicação aos pais sobre a importância para seu(a) filho (a);
- Resumo dos PDIs , se os alunos já esteve em anos anteriores.

com deficiências ou altas habilidades) devem ter um Plano de Desenvolvimento Individualizado de ensino, podendo ser elaborado com o apoio da educação especial no início de sua vida escolar e por ela ser atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse plano é um norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno e oferece a base para planejar o ensino.

O processo de planejamento do PDI requer que as pessoas responsáveis pela educação do aluno se envolvam em duas atividades:

1. Reunião com os pais e profissionais da escola para elaboração do programa educacional do aluno.
2. Preenchimento da ficha do PDI e registro escrito da reunião.

Preparação do PDI:

- ✓ Coleta e informações existentes sobre o aluno
- ✓ Revisão das informações
- ✓ Explicação aos pais sobre a importância do PDI para seu(a) filho(a)
- ✓ Resumo dos PDIs, se o aluno já os teve em anos anteriores

5.11.3 Terminalidade específica

Esgotadas as possibilidades de aprendizagem do aluno, viabilizar ao mesmo, a Terminalidade Específica do Ensino Fundamental, por meio do Certificado de Conclusão de Escolaridade, com Histórico Escolar que apresente de forma descritiva as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o devido encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para a educação profissional.

6 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS

A fim de subsidiar o trabalho do corpo docente no processo ensino/ aprendizagem serão oferecidos no decorrer do ano, de acordo com o calendário escolar e/ou conforme necessidade, momentos p/ reflexão, discussão tomadas de decisão, estudos pertinentes a prática pedagógica. Teremos estes encontros como processo contínuo de estudos dos aspectos teóricos, praticas vinculadas à questão didáticos metodológicos, considerando a complexidade do ato educativo. Outros momentos de capacitação são oferecidos pela SME.

“Hoje sabemos que, na formação o educador aprende quando se sente”tocado”, quando encontra espaço par que sua experiência se converta em fonte de saber – um saber que lhe permita reconhecer-se, descobrir o outro e ser reconhecido; um saber que vá além da ação imediata e se projete em uma atividade que o ajude a aprender consigo mesmo e, sobretudo, que o comprometa. Sabemos também quais são circunstância que fazem com que a formação dos professores se converta em uma experiência de indagação, na qual os educadores se sintam autorizados e envolvidos para continuar aprendendo e assumindo sua profissão como desafio e compromisso”.

6.1 Módulos

A escola desenvolve módulos semanais com a perspectiva de estimular e solidificar a equipe para a formação de docentes motivados na busca incessante do aperfeiçoamento da prática educativa. Os encontros acontecem semanalmente por 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos, para Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

Os módulos são de fundamental importância para o professor, que neste período poderá:

- Opinar sobre programas, técnicas e métodos
- Trocar experiências
- Planejar e avaliar a programação do ensino
- Traçar planos de ensino
- Elaborar projetos

Direcionar, orientar e ajustar o desenvolvimento das atividades pedagógicas e oportunamente realizar estudos para aprimoramento através de análises das atualizações da legislação vigente.

6.2 Capacitação

A escola proporciona à comunidade escolar: reuniões pedagógicas, palestras, oficinas, encontros, estudos entre outros, a fim de motivar os profissionais no desempenho de sua função de educador.

6.3 Conselho de classe

O conselho de classe é um órgão colegiado que objetiva avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno. Esta prática possibilita verificar:

- A postura do educador frente ao processo ensino aprendizagem
- Aproximação e melhor relacionamento professor e aluno
- O comportamento do aluno frente à classe, aos professores e à escola
- Coerência entre critérios de avaliação adotados pelos diferentes professores
- Avaliação e análise do trabalho e desempenho do aluno, do professor e da escola
- Contribuir para análise dos dados levantados pelos professores e pedagogo quanto a atitude, ao rendimento e a participação dos alunos
- Analisar, criticamente, o processo de ensino/ aprendizagem desenvolvido pelo corpo docente

- Identificar questões relevantes de encaminhamento e corrigir distorções de ordem estrutural, funcional ou filosófico
- Providenciar a programação das propostas para suprir as deficiências diagnosticadas
- Projetos coletivos de ensino e atividades
- Metodologias e estratégias de ensino
- Formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nas séries
- Elaboração de fichas e registros a desempenho do aluno, para o acompanhamento no decorrer das series para informações aos pais ou responsáveis
- Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais
- Proposta de organização dos estudos independentes e presenciais (bimestrais)

O Conselho de Classe de cada turma instalar-se-á, ao final de cada bimestre letivo e ao término do período regular, segundo as datas previstas no calendário escolar e quando se fizer extremamente necessário.

6.2.1 Competências do conselho de classe

Compete ao gestor escolar:

- Elaborar a agenda de cada conselho de classe
- Designar secretários e convocar professores
- Abrir os trabalhos
- Levantar previamente os subsídios necessários

Compete ao secretário do conselho de classe:

- Registrar em ata do conselho de classe as análises docentes e orientações pedagógicas
- Registrar as situações da vida escolar dos alunos quanto aos estudos de recuperação, aprovação, reprovação e progressão parcial
- Registrar a presença

Compete ao aluno representante de turma:

- Apresentar com criticidade, as dificuldades e as reivindicações, conforme levantamento feito junto aos colegas de turma com auxílio do professor representante

Compete aos professores da turma:

- Entregar os graus de avaliação e a frequência das turmas no período estabelecido em calendário escolar

- Proceder à análise do desempenho da turma e dos alunos
- Opinar sobre as questões que demandem parecer no conselho de classe, manifestando-se
- Indicar dificuldades de ordem administrativa, técnica e pedagógicas encontradas para realização do seu trabalho, apresentando propostas de solução
- Indicar os alunos com necessidades de acompanhamento pela equipe pedagógica
- Contribuir para avaliação global do processo pedagógico

Compete ao Pedagogo:

- Coordenar o conselho de classe
- Providenciar consolidados de rendimento escolar preenchidos anteriormente, livro de ata, livro de ocorrências pedagógicas, calendário para organização das programações e boletins escolar
- Elaborar índices de frequência e percentual por turmas, gráficos e relatórios do rendimento escolar
- Subsidiar a prática docente com novas metodologias
- Fazer o acompanhamento dos alunos encaminhados pelo conselho de classe
- Promover ações visando o aprimoramento no processo pedagógico
- Após o encontro: divulgar o trabalho realizado com a comunidade escolar durante o bimestre. Convocar as famílias dos alunos infrequentes e ou com rendimento escolar insatisfatório para orientações e busca de soluções
- Acompanhamento de todo o processo de ensino- aprendizagem pela pedagoga e direção para atuação imediata diante de alguma divergência com a proposta pedagógica da escola, orientando o professor sobre sua didática, metodologia e critério de avaliação.

Esse procedimento de análise permite que equipe escolar procure novos caminhos e estabeleça outras ações para que todas tenham oportunidade de aprender, garantido o direito do aluno a um ensino de qualidade e o cumprimento da função social da escola.

(Regimento Escolar/ Conselho de Classe – um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva? Secretaria Municipal de Educação)

7 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Durante o ano escolar, faremos reflexões visando o cumprimento das ações propostas e a metodologia implantada.

APROVAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar”

Colegiado

Pedagoga

Eva Maria Pereira de Souza
Diretora

Sete Lagoas, 20 de Maio de 2009.

PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA				
Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” Ensino Fundamental- 1º à 9º Ano – EJA (1º à 9º Ano) Ensino Infantil Portaria 31/80 MG de 18/01/80 e Portaria 812/94 de 02/07/94				
METAS	AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZO/ PERÍODO	RESPONSÁVEIS
Fortalecer a imagem de uma escola comprometida e de qualidade em 100% junto a família e comunidade	Incentivar a família a participar efetivamente do cotidiano escolar e dos projetos pedagógicos.	Promover encontros entre a comunidade escolar, assim como eventos administrativos, pedagógicos	Mensalmente	Direção Corpo docente Corpo Discente
		Projeto cultural e Banda (Parceria com a Plantar	Semanalmente	Direção Corpo docente Corpo Discente
		Oferecer a quadra como apoio a prática desportiva	Semanalmente	Direção Corpo docente Corpo Discente
- Resgatar o compromisso dos familiares e disciplina dos alunos	Promover encontros que firmem parceria entre escola e familiares	Oficinas, eventos, palestras	Bimestral	Direção Pedagoga Professores
	Buscar parceiros para a realização dos projetos extra-classe	Através da apresentação dos projetos	Mensalmente	Direção Pedagoga Professores
Desenvolver linha comum de ação entre todos os funcionários da escola. Elevar a qualidade e cooperatividade em 100%	Buscar junto S.M.E elementos para realizar palestras, oficinas... Estreitar relações entre SME e Escola	Realizar encontros junto a S.M.E	Bimestral	Direção S.M.E
	Promover meios para otimizar as relações interpessoais.	Organizar reuniões, palestras, Workshop, visando qualidade.	Mensalmente	Pedagoga Psicólogo Pais
Resgatar a disciplina, Minimizar o índice de reprovação em 100%	Criar novas maneiras de incentivar para efetivar o avanço na aprendizagem	Promover reuniões, encontros, entre direção, equipe pedagógica, pais, professores e alunos.	Mensalmente	Direção
			Bimestral	Equipe pedagógica

Despertar 100% o interesse dos alunos no processo ensino aprendizagem	Promover atividades motivadoras que desperte nos educandos o prazer na construção da aprendizagem.	Realizar aulas diversificadas modernizando-as com o uso dos recursos didáticos pedagógicos diversos, e eletrônicos: TV, DVD, retro-projetor, vídeos e outros	Diariamente Semanalmente	Pedagoga Professores
Melhorar o processo de ensino/ aprendizagem em 100%	Utiliza-se do currículo adequado a realidade	Promover reuniões periódicas entre professores, pedagogas para análise dos resultados em busca de soluções	Semanalmente	Direção Pedagoga Professores
	Estudar as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental (PCNs)			
	-Planejar e elaborar plano de ensino, conteúdos e atividade	Analisar, replanejar aprimorar os conteúdos trabalhados	Mensalmente	Pedagoga Professores
		Encontrar nos módulos e horário de Educação física.	Semanalmente	Pedagoga Professores
		Sanar as dificuldades encontradas através de estudos, reflexão e replanejamento	Bimestral	Professores
	-Desenvolver linha pedagógica diferenciada	-Apresentar e estudar com o corpo docente os recursos didáticos disponíveis/ projetos pertinentes	Bimestral	Pedagoga Professores
-Resgatar o uso da biblioteca para leitura	-Inserir junto ao plano de ensino as aulas de biblioteca as aulas de biblioteca -Atribuir a responsabilidade ao professor regente	Anual	-Professor Regente	

-Melhorar o processo de ensino / aprendizagem em 100%	Viabilizar junto a S.M.E recursos para a realização do projeto de Apoio Pedagógico	Trabalhar com os voluntários e parcerias da escola	Semanalmente	Direção Pedagogo S.M.E Parceiros
	Comprometer-se com aprendizagem dos alunos	-Despertar em toda comunidade escolar o compromisso com o processo ensino aprendizagem escola	Diariamente	Funcionários da escola Família Parcerias Comunidade em geral
Desenvolver linha pedagógica diferenciada	Aprimorar técnicas e metodologia	Desenvolver atividade criativas, desafiadoras e lúdicas	Diariamente	Professores
Oferecer melhor qualidade nas aulas de Educação Física	Orientar sobre regras e técnicas de práticas desportivas e psicomotora	Promover atividades com iniciação a prática desportiva	Semanalmente	Professor de educação Física
Elevar o comprometimento do educador	Desenvolver estratégias motivadoras	Divulgar na rede e comunidade, projetos bem elaborados e bem sucedidos	Bimestral	Direção e pedagogos
Minimizar a infrequencia dos docentes e funcionários	Registrar e lançar no QF faltas injustificadas. -Elevar, incentivar a frequência do profissional	Envolver o corpo docente, estudando soluções na busca da qualidade no ensino	Mensal	Direção
Resgatar autonomia, disciplina ao professor	Orientação sobre ECA Regimento escolar (Sanções)	Fazer intervenções pertinentes, contactar os pais, valorizar as boas ações, elaborar relatórios, encaminhar aos órgãos competentes.	Bimestral	Direção Pedagogo
Montar caderno alternativo	Promover ocupação alternativa e disciplina em sala de aula	Montar em salas de aula com atividades diversificadas (cruzadinhas, produções de textos, probleminhas, operações...) para que o aluno faça atividades nos períodos livres.	semanalmente	Professores
Proporcionar capacitação constantemente	Capacitar para melhoria do ensino	Distribuir literaturas para docentes, oportunizar momentos de socialização do conteúdo	Mensal	Pedagogo Professores